

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03 Maio-Junho | 2021

Índice

03	Ações do CEDUC no combate ao Coronavírus – Covid 19
04	Reunião com secretarias de Saúde e Educação debate monitoramento do retorno às aulas presenciais
05	Reunião CEDUC e FEE-BA
06	CEDUC participa de Ciranda reflexiva sobre Educação Infantil
07	CEDUC participa de Audiência Pública sobre Tecnologia, Conectividades e Inovação em Educação
08	Bahia avaliará retomada de aulas presenciais nos próximos 15 dias
09	Educação na pandemia: o que avaliar e por quê?
10	Congresso derruba veto e confirma R\$ 3,5 bi para internet de alunos e professores da rede pública

Ações do CEDUC no combate ao Coronavírus – Covid 19

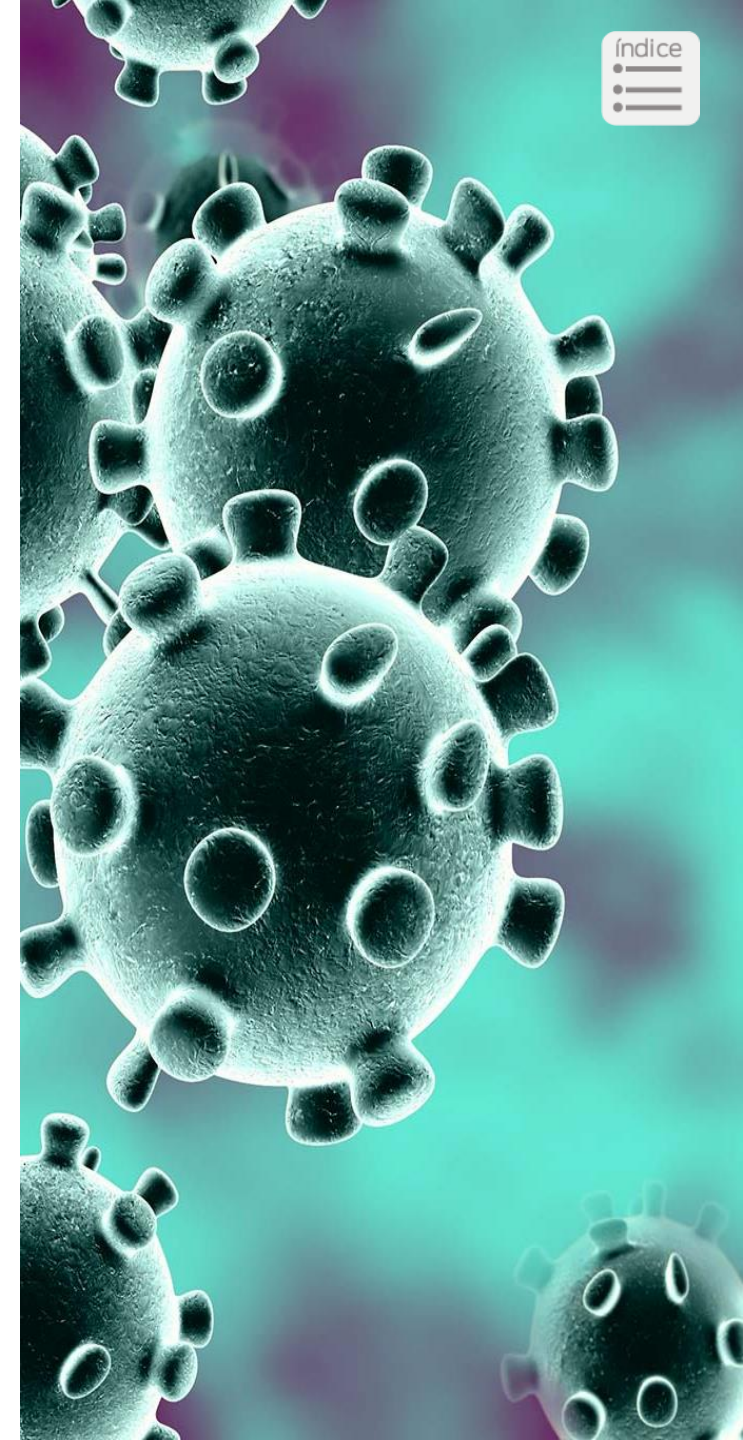
O CEDUC vem trabalhando fortemente na defesa da educação, durante o período de pandemia.

Desta forma a Coordenação e a Unidade de Estudos e Assessoramento Técnico Interdisciplinar do centro continuam realizando orientações e informações técnicas com intuito de auxiliar as Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Educação.

Isto posto, foram encaminhadas, nos meses de maio e junho, Orientação Técnica nº009/2021 à Promotoria de Justiça de Gongogi referente ao atendimento presencial a alunos da educação especial, Orientação Técnica nº013/2021 à Promotoria de Justiça de Macajuba, no que diz respeito currículo continuum 2020-2021 e Informação Técnica nº003/2021 a todos os Promotores de Educação sobre retorno às aulas presenciais. Foram encaminhados também quatro Pareceres Técnicos Pedagógicos com intuito de auxiliar a atuação ministerial da comarca de Itambé e de Salvador.

Fonte: CEDUC

Peças elaboradas: [clique aqui](#)



Reunião com secretarias de Saúde e Educação debate monitoramento do retorno às aulas presenciais

O Ministério Público estadual promoveu no dia 29 de abril, reunião com gestores das Secretarias de Saúde e Educação do Estado da Bahia na qual foram apresentadas e discutidas as informações, evidências científicas, previsões, planos e protocolos que foram elaborados e serão utilizados para a realização e monitoramento do retorno às aulas presenciais na rede pública de ensino do estado. O evento teve o objetivo de trazer esclarecimentos aos promotores de Justiça, que farão, nos diversos municípios baianos, a fiscalização da retomada quanto às normatizações, recomendações e diretrizes sanitárias e educacionais definidas em conjunto pelos dois órgãos.

A reunião contou com a participação da procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, que parabenizou os profissionais da Saúde e da Educação e ressaltou o trabalho que o MP vem realizando durante a pandemia, inclusive para a proteção do direito ao ensino das crianças e dos adolescentes no estado.

O evento foi conduzido e mediado pelas promotoras de Justiça Patrícia Medrado, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau) e do Grupo de Enfrentamento ao Coronavírus (GT Coronavírus); Márcia Sandes, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca); e pelos promotores de Justiça Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc); Carlos Martheo Guanaes, que tem atuação na área de saúde da infância e juventude em Salvador e Rogério Queiroz, coordenador do GT Coronavírus.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado no Boletim) e CEDUC

[Leia na íntegra](#)

Reunião CEDUC e FEE-BA

Nos meses de maio e junho o Coordenador do CEDUC Adalvo Dourado, e o pedagogo Sérgio Gomes, participaram de reuniões realizadas pelo Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEEBA). Esses encontros trataram sobre diversas temáticas, a exemplo de articulação com os municípios para a criação de Fóruns Municipais de Educação; Tema da 4ª Conferência Estadual de Educação (Coed 2022); Infraestrutura e logística Coed 2022); Documento orientador da Coed 2022; Pré-lançamento e lançamento da Coed 2022; Plano de divulgação da Coed 2022.





O pedagogo Sérgio Gomes, representou o CAO, no dia 10.06.2021 na Ciranda Reflexiva com a temática: “Como é possível fazer Educação Infantil neste contexto de emergência sanitária?”, promovida pelo Fórum Brasileiro de Educação Infantil.

Na oportunidade o pedagogo dialogou sobre a atuação do Ministério Público diante da emergência sanitária, na defesa do direito educacional, com foco na educação infantil. Participaram também como palestrantes Gilvânia Nascimento (UNCME/BA) e Alysson Mustafa (SIMPRO/BA). O público foi concentrado em educadores e pesquisadores de Educação Infantil da Bahia e de outros lugares.



CEDUC participa de Audiência Pública sobre Tecnologia, Conectividades e Inovação em Educação

No dia 15 de junho de 2021, o coordenador do CAO, Adalvo Nunes Dourado e o pedagogo Sérgio Gomes, participaram da Audiência Pública virtual da Câmara dos Deputados, coordenada pelo Grupo de Estudos Tecnologias da educação: Construção de Políticas Públicas para o ensino, com o tema: Políticas Públicas Federais em andamento sobre Tecnologia, Conectividade e Inovação na educação, tendo como objetivo discutir sobre planos programas e ações do Ministério das Comunicações relacionados à conectividade, inclusão digital e inovação tecnológica na área de educação (escolas, professores, estudantes e universidades). O estudo em desenvolvimento tem como foco identificar os pilares de uma política nacional de tecnologia na educação, a partir da elaboração dos fundamentos normativos da transformação digital na educação, observando os desafios da utilização dessas tecnologias no processo educacional, os quais foram mais evidenciados no período da pandemia.



Bahia avaliará retomada de aulas presenciais nos próximos 15 dias



Governador diz que volta às aulas presenciais só ocorrerá caso ocupação de UTIs covid se mantenham em até 75%

O governador Rui Costa já começa a traçar planos para que as aulas da rede pública estadual de ensino possam ser retomadas. A expectativa é que os alunos possam voltar a frequentar as escolas em modelo híbrido, o que será avaliado nos próximos dias.

"Nós estávamos, ontem, com 75% (de ocupação de leitos de UTI) e, se esse número se mantiver nesse patamar, ou inferior a esse, nos próximos 10, 15 dias, nós vamos voltar às aulas presenciais. Essa segunda etapa, chamada de modelo híbrido, terá alguns dias presenciais e alguns remotos, para garantir que apenas metade dos alunos compareça a escola", explicou.

O Governo do Estado avaliará os números das próximas duas semanas para, então, organizar a data de retornos dos alunos à sala de aula. Ainda de acordo com o governador, caso a taxa de contaminação e ocupação continue caindo, haverá migração para a fase três, que é 100% presencial. As aulas presenciais estão suspensas desde março de 2020.

Inclusive, está previsto no [Decreto nº 20.570 de 2021](#), em seu artigo 4º, que as atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, poderão ocorrer de maneira semipresencial nos municípios em que a taxa de ocupação de leitos de UTI se mantenha, por cinco dias consecutivos, igual ou inferior a 75%.

Fonte: [Bahia Notícias](#) e CEDUC

Retorno às aulas presenciais



Educação na pandemia: o que avaliar e por quê?

Avaliar em educação só tem sentido sério se tiver um objeto e uma finalidade definida, como: avaliar uma política pública de educação implementada na pandemia, um programa de apoio às escolas, política de formação de professores para uso de tecnologias, políticas de apoio à conectividade dos estudantes ou uma rede de proteção social às crianças e jovens impactados pela covid-19 e pela desigualdade social e tecnológica.

Estudos do IBGE revelam que 4,3 milhões de estudantes entraram na pandemia sem acesso à internet. Um levantamento realizado com dados do censo 2020 em 27 mil escolas públicas apontou que apenas 5.425 têm velocidade adequada para ensino híbrido ou capacidade para uma videochamada para aulas síncronas. As disparidades e desigualdades regionais tecnológicas contribuem para que os estudantes do campo, indígenas, quilombolas e pobres da periferia não tenham acesso à internet e nem ao ensino, portanto, aprendizagens comprometidas.

E é preciso entender que não vamos voltar às aulas presenciais no modelo anterior à pandemia até o fim desse ano de 2021, a julgar pelo ritmo de vacinação. Nem 2022 será normal. Logo, transformar “a educação serviço essencial”, sem prover as escolas e os professores de condições, principalmente, através de políticas e redes de proteção social aos estudantes vulneráveis, é falácia e se constitui mera retórica ideológica, pautada pela lógica da avaliação de desempenho escolar descontextualizada.

Fonte: texto adaptado do extraclasse.org.br - autor: Gabriel Grabowski

[Lei na íntegra](#)



Congresso derruba veto e confirma R\$ 3,5 bi para internet de alunos e professores da rede pública

O Congresso Nacional rejeitou na terça-feira, dia 01 de junho, o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei ([PL 3.477/2020](#)) que garante acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública. Com isso, o projeto, que havia sido totalmente vetado pelo presidente da República, seguirá agora para promulgação para ser transformado em lei.

De autoria da Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelo Senado em 24 de fevereiro deste ano. O relator no Senado foi Alessandro Vieira (Cidadania-SE). A proposta determina repasse de R\$ 3,5 bilhões da União para estados, Distrito Federal e municípios. As fontes de recursos para o programa serão o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o saldo correspondente a metas não cumpridas dos planos gerais de universalização do serviço telefônico fixo.

De acordo com Alessandro, os recursos podem assegurar a oferta mensal de 20 gigabytes de acesso à internet para todos os professores do ensino fundamental e médio das redes estaduais e municipais. Além deles, podem ser beneficiados os alunos da rede pública do ensino fundamental e médio regulares pertencentes a famílias vinculadas ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Também podem ser beneficiados os matriculados nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas.

Fonte: [Senado Federal](#) ([leia na íntegra](#))



Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabete Alves Silva Ferreira
Jocélia dos Santos Silva
José Sergio Gomes da Silva
Rafael Augusto Mansur Góes
Shara Kuhin

Organização e Produção do Boletim
Elizabete Alves Silva Ferreira
José Sérgio Gomes da Silva

✉ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388

Índice



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui